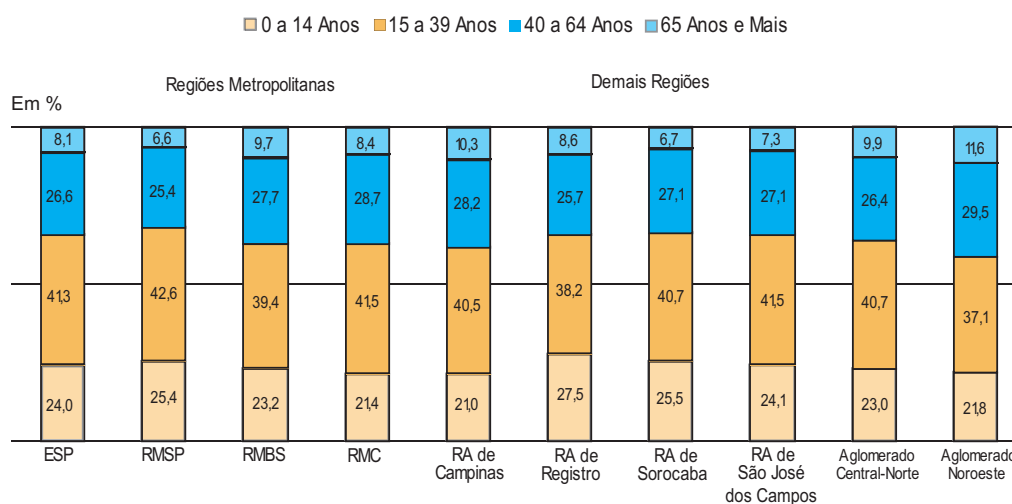


Demografia

O crescimento da população paulista tem desacelerado desde a década de 70. Em virtude da redução das taxas de fecundidade e natalidade, observa-se diminuição do contingente de crianças e adolescentes com até 14 anos de idade. Enquanto em 1980 o percentual desse segmento populacional no total de residentes em São Paulo era de 33,7%, em 2006, segundo dados da PCV, essa participação decresceu a 24,0%. Em contrapartida, o segmento de idosos (com 65 anos e mais de idade) alcançou 8,1% da população paulista, em 2006. Essa mudança de estrutura etária implica o redimensionamento das demandas sociais e, portanto, da oferta de serviços públicos destinados a atendê-las.

Gráfico 4

Distribuição da população, segundo faixas etárias
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Em termos regionais, a PCV revela particularidades interessantes: é maior a participação relativa de crianças e adolescentes na Região Metropolitana de São Paulo e nas regiões administrativas de Registro e de Sorocaba, onde mais de um quarto da população tinha menos de 15 anos. Em situação oposta encontram-se a Região Metropolitana da Baixada Santista, a RA de Campinas e os aglomerados Central-Norte e Noroeste, onde a parcela da população com 65 anos e mais aproxima-se de ou supera os 10%.

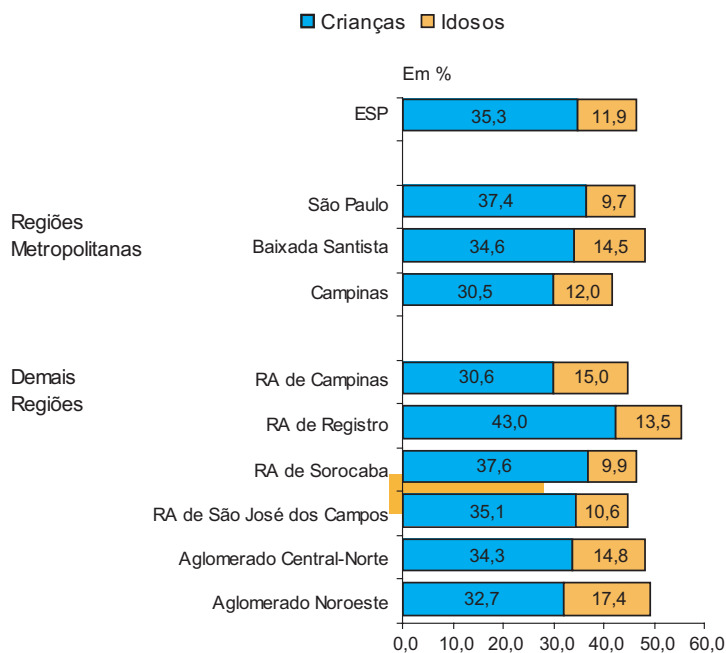
São várias as conseqüências dessa mudança da estrutura etária sobre as necessidades da população e o planejamento das políticas públicas. Uma delas relaciona-se com a capacidade de a população adulta – potencialmente ativa em termos produtivos – suportar a inativa (crianças e idosos). Em outros termos, essa capacidade seria uma forma de quantificar a população potencialmente ativa e, portanto, a necessidade de geração de trabalho e renda que permita a essa população suprir a parcela inativa.

Uma de suas medidas é a razão de dependência: proporção de crianças (0 a 14 anos) e de idosos (65 anos e mais) em relação à população adulta (de 15 a 64 anos). Quanto maior esse indicador, mais elevada é a dependência dos segmentos potencialmente inativos em relação aos potencialmente ativos. No caso das regiões metropolitanas paulistas, a que apresenta maior

razão de dependência é a Baixada Santista, causada, sobretudo, pela elevada presença de idosos. Exibe o menor indicador a de Campinas, onde a presença relativa tanto de crianças como de idosos é menor que a média do Estado. Nas demais regiões, destacam-se as RAs de Registro e o Aglomerado Noroeste, com razão de dependência mais elevada. A situação da primeira deve-se principalmente à grande proporção de crianças em relação à população adulta; no caso daquele aglomerado, há elevada proporção de idosos.

Gráfico 5

Razão de dependência
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Nota: Razão de dependência corresponde à proporção de crianças e de idosos em relação à população de 15 a 64 anos – população potencialmente produtiva.

■ Migração e mobilidade populacional

A PCV mostrou que a maioria dos residentes em São Paulo é natural do próprio Estado (75,2%). Em termos regionais, a menor presença de naturais foi observada na Região Metropolitana de São Paulo (69,5%) e a maior, na Região Administrativa de Registro (87,1%).

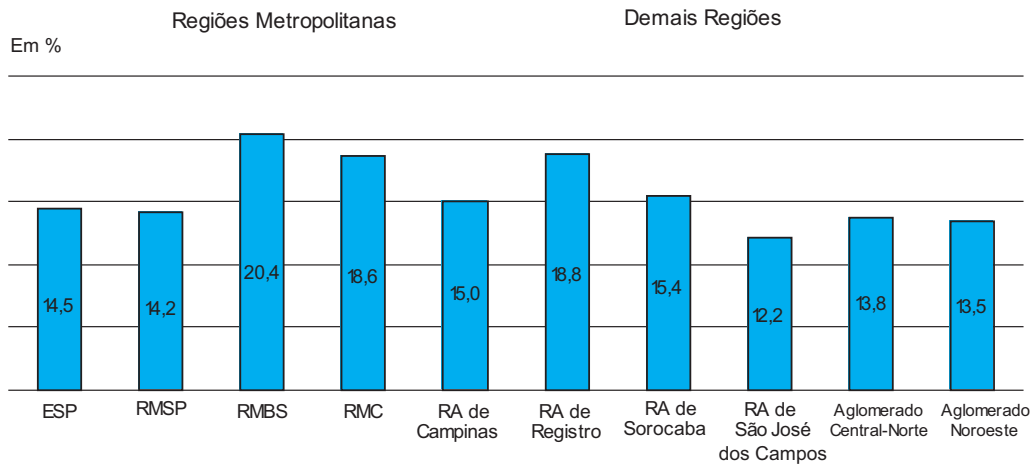
Os nascidos nos Estados de Minas Gerais e da Bahia formam o grupo de maior peso no total de não-naturais. Em termos regionais, observam-se algumas distinções, como a maior participação de nascidos na Bahia, nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista, e de paranaenses, na RA de Sorocaba.

Além desses números, que refletem, em grande parte, movimentos migratórios ocorridos no passado, a PCV produziu algumas informações sobre a migração mais recente. Uma delas – a parcela de pessoas que reside há menos de 10 anos no atual município – encontra-se expressa

no Gráfico 6. Note-se que se incluem não só os indivíduos originários de outras regiões, Estados ou países, como também os oriundos de outros municípios, inclusive os localizados no interior das próprias regiões.

Gráfico 6

Proporção da população de 15 anos ou mais que reside no atual município há menos de 10 anos
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

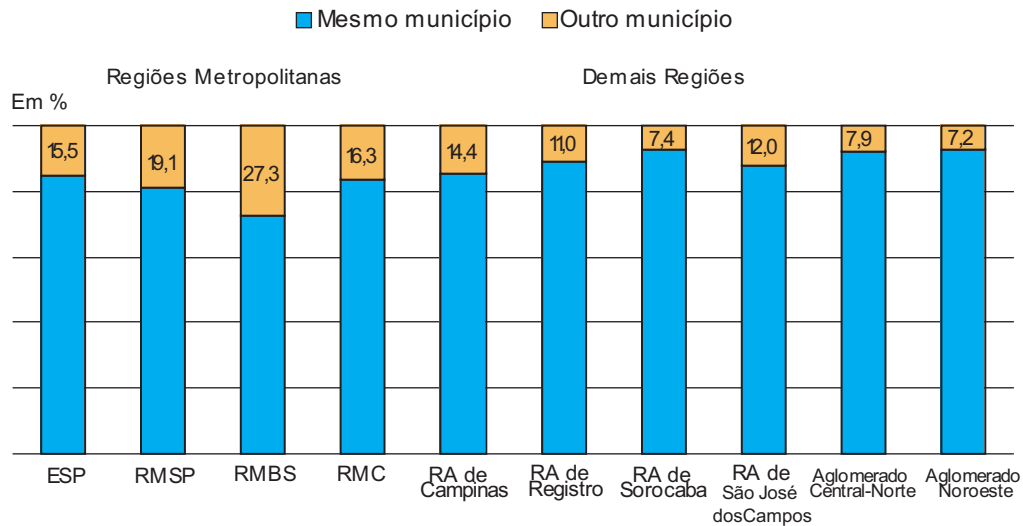
Tais informações revelam que as RMs da Baixada Santista e de Campinas e a RA de Registro foram as que mais receberam migrantes no período, proporcionalmente a suas respectivas populações. Porém, ao se distinguir os originários do próprio Estado de São Paulo dos oriundos de outros Estados ou países, nota-se que os primeiros predominam na RM da Baixada Santista e na RA de Registro, enquanto os últimos formam expressiva parcela entre os que se dirigiram à RM de Campinas.

Outro elemento relacionado com a mobilidade populacional diz respeito à migração pendular, isto é, movimentos conjunturais de residentes em um município para outros, onde se situam seus locais de trabalho, de estudo ou de oferta de bens e serviços.

Esse fenômeno, associado à "periferização" da população de baixa renda e dos novos padrões de moradia de segmentos da classe média, num contexto de expansão dos sistemas viário e de telecomunicações, tem se acentuado nos últimos anos. Veja-se, por exemplo, o deslocamento intermunicipal entre o local de residência e o de trabalho, que tende a ser diário. Como mostra a PCV, o volume de pessoas que se desloca entre municípios aproxima-se de 20% dos ocupados residentes na Região Metropolitana de São Paulo e chega a quase 30% na RM da Baixada Santista.

Gráfico 7

Distribuição dos ocupados, segundo local de residência e de trabalho
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Ainda que tal fenômeno atinja mais expressivamente as regiões metropolitanas, nas RAs de Campinas, São José dos Campos e Registro, mais de 10% dos ocupados que ali moram trabalham em município diferente do de residência.